

Superior Tribunal de Justiça

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 201 - DF (2019/0263909-9)

RELATORA : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ
EXCIPIENTE : JOSÉ LINCOLN FONSECA
ADVOGADO : JOSÉ LINCOLN DA FONSECA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
MG045424
EXCEPTO : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

DESPACHO

Nos autos do AREsp 1.285.963/MG, proferiu o Presidente desta Corte a seguinte decisão:

Preliminarmente, verifica-se que, embora tenha apontado a minha suspeição no presente incidente, o excipiente não apontou qual ato decisório teria dado ensejo à sua perplexidade.

O que se constata é que, tal como em outros incidentes da mesma natureza já apresentados pelo excipiente, ele alega genericamente ser vítima de forte esquema de corrupção.

Assim, não visualizo nenhum fato capaz de caracterizar minha suspeição no caso, de acordo com a legislação de regência, motivo por que rejeito a exceção.

Ressalte-se que o art. 276 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça dispõe o seguinte (grifei):

Art. 276. Se o Ministro averbado de suspeito for o relator e reconhecer a suspeição, por despacho nos autos, ordenará a remessa deles ao Presidente, para nova distribuição; se for o revisor, passará ao Ministro que o seguir na ordem de antiguidade.

§ 1.º Não aceitando a suspeição, o Ministro continuará vinculado ao feito. Neste caso, será suspenso o julgamento até a solução do incidente, que será autuado em apartado, com designação do relator.

§ 2.º **Em matéria penal, nos processos de competência originária da Corte Especial, será relator o Presidente do Tribunal ou o Vice-Presidente se aquele for o recusado.**" (grifei)

Assim, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça relatar incidente de exceção de suspeição tão somente quando oposto em feito originário da Corte Especial, se tiver índole penal.

No caso concreto, o incidente foi instaurado nos autos do agravo em recurso especial originário de ação de indenização por danos morais, de natureza cível, motivo pelo qual, conforme determina o § 1º do mencionado artigo, deve ser distribuído a um relator.

Outrossim, o art. 278 do RISTJ, parágrafo único, estatui que competirá "à Seção da qual participe o Ministro recusado o julgamento do incidente, a menos que haja sido suscitado em processo da competência da Corte Especial, caso em que a esta competirá o julgamento".

Ante o exposto, **não reconheço a suspeição alegada e determino a**

Superior Tribunal de Justiça

autuação em apartado, nos termos do art. 276, § 1º, do RISTJ, e a distribuição do feito entre os Ministros que integram a Corte Especial.

Na sequência, a Coordenadoria de Processos Originários certificou que a petição de exceção de suspeição foi recebida na Secretaria deste Tribunal desacompanhada do comprovante do pagamento de custas judiciais (fl. 75).

Então, os autos foram preparados para registro à Vice-Presidência, tendo em vista que o Ministro excepto, João Otávio de Noronha, é o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê da certidão de fl. 76.

Determinou-se a intimação da parte excipiente para comprovar o recolhimento das custas judiciais (fl. 80).

José Lincoln Fonseca, o excipiente, apresentou as petições de nºs 625075/2019 e 625562/2019 (fls. 83/186 e 187/199), requerendo, à fl. 93, dentre outros pedidos, a juntada da declaração do imposto de renda visando comprovar que não pode arcar com as despesas processuais.

Diante do exposto, defiro o pedido tão somente para afastar a exigibilidade das custas referente ao ajuizamento desta exceção de suspeição.

Cumpra-se a determinação de distribuição do feito entre os Ministros que integram a Corte Especial (fl. 3).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente no exercício da Presidência